

4.3

Pa'i Chiquito_
símbolo da resistência Kaiowá
ao indigenismo oficial

Graciela Chamorro*

RESUMO

Pa'i Chiquito ou Chiquito Pa'i foi um grande líder kaiowá do século XX. Ele é considerado pelos habitantes da Terra Indígena Panambizinho, situada à leste da cidade de Dourados, MS, como seu fundador e último hechakáry, "xamã que vê a palavra", que orientou a comunidade a permanecer em parte de seus territórios tradicionais quando o indigenismo oficial os obrigava a abandoná-los e a integrar-se na Reserva Indígena de Dourados. Sua atuação foi decisiva para a permanência de muitas famílias kaiowá fora das reservas, na área da Colônia Agrícola Nacional – CAND, onde Getúlio Vargas fizera uma reforma agrária nos primeiros anos da década de 1940.

PALAVRAS-CHAVE

Pa'i Chiquito
Kaiowá
Mato Grosso do Sul
Panambizinho

* Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Associação Cultural Casulo.

introdução

Neste artigo registro por escrito parte da memória oral que os descendentes de Pa'i Chiquito, grande líder kaiowá do século XX da região denominada Ka'aguyrusu,¹ ou "Mato Grosso", cultivam a seu respeito. Parte dos dados fui construindo a partir do que ouvi da esposa, dos familiares e afins de Pa'i Chiquito nas décadas de 1980 e 1990, assim como nos anos que já vão deste século. Outra parte foi retirada de documentos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e dos trabalhos escritos por Schaden (1963, 1974), Joana Fernandes Silva (1982), Walter Coutinho Junior (1995), Katya Vietta (1998, 2007) e Nely Aparecida Maciel (2012). Em todas essas fontes, Pa'i Chiquito é a personalidade mítica e histórica mais importante para a comunidade de Panambizinho, na fundamentação de seu direito à terra, seu modo de vida e sua identidade. Ele é a referência religiosa e política

¹ *Ka'aguyrusu* significa 'Mato Grosso'. Na geografia dos Kaiowá procedentes dessa região, o termo refere-se à área compreendida entre o rio Brilhante, o córrego Panambi, o córrego *Hĩ* e o córrego Laranja Doce (VIETTA, 2007, p. 95). Nos documentos oficiais não consta o nome *Ka'aguyrusu*.

mais significativa e influente na comunidade, desde a sua fundação nos anos 1920 até os dias de hoje. Conforme pude perceber durante o trabalho de campo que realizei, sua memória é viva não só no Panambizinho, mas também nas comunidades de Panambi (Lagoa Rica), Itay Ka'aguyrusu, Guyra Kambiy, Tajasu Ygua, Laranjeira Ñanderu, Aroeira, Sukuriy, na Reserva Indígena de Dourados, no Passo Piraju e no Guyra Roka, na Reserva Indígena de Caarapó e em Taquara. Segundo as pessoas com as quais falei sobre Pa'i Chiquito, sua influência nesta vasta área se dava sobretudo através das festas do milho avatikyry e do menino kunumi pepy. Suas relações de parentesco estão presentes no Panambizinho, Panambi, Laranjeira Ñanderu, Tajassu Yguá e Sukuriy, entre outros espaços ocupados pelos Kaiowá. Pa'i Chiquito é um humano singular. Sua filha Adelina e sua bisneta Rosely são categóricas: "Chiquito viu Deus!". O "Pássaro da Boa Palavra", ou Guyra Ñe'ëngatu, emissário do grande ícone kaiowá, o Sol ou Pa'i Kuara, voou com ele para outros planos de existência, onde Chiquito recebeu a clarividência daquelas pessoas chamadas hechakáry, xamãs que "veem a Palavra", que

têm visões e mantêm relação direta com o herói cultural Ñande Ryke'y, "Nosso Irmão Mais Velho". Depois disso, ele não cozinhava mais seu urucum; era só levantar o braço e ficava pronta sua pintura. Esta crença é aceita sobretudo pelas pessoas que se orientam por valores e práticas consideradas tradicionais. A tradição oral e os rituais se tornaram os suportes dessa memória atualizada a cada geração.

PA'I CHIQUITO E O KA'AGUYRUSU

Na memória de Adelina (Merina) Ramona, uma das duas filhas ainda vivas de Pa'i Chiquito, assim como da neta Arda Concianza e da bisneta Roseli Concianza Jorge, o xamã nasceu e viveu seus primeiros anos nas proximidades do rio Dourados, chamado de Yguasu, “grande água”, pelos Kaiowá. Ele nasceu precisamente em Tujuygusu, localidade que ficaria hoje entre o município de Fátima do Sul e Vila Sapé. Seu nascimento pode ser situado no final do século XIX ou início do século XX.

Pa'i Chiquito é conhecido por quatro nomes:

Ava Jeguaka Poty Rusu

é seu nome próprio em kaiowá ou seu nome divinizador itupã réry

Ynambu Para

era seu apelido

Rui (do português Luís)

teria sido o nome recebido dos não indígenas

Pa'i Chiquito ou Chiquito Pa'i

que é o mais popular

Pa'i indica sua qualidade de xamã e Chiquito, provavelmente, seu porte físico. Numa região onde, na primeira metade do século XX, circulavam mais falantes de espanhol (paraguaios e argentinos) do que de português, não é de estranhar que os Kaiowá tenham incorporado em sua língua termos castelhanos, como Chiquito, em vez de Chiquinho.

Segundo nossos interlocutores e as nossas interlocutoras, o nome Pa'i Chiquito mostra o sistema onomástico kaiowá de então: um nome verdadeiro ou divino e eventualmente um nome de guerra ou apelido. Assim, a mãe de Chiquito tinha o apelido de Machu Tika, mas seu nome próprio em kaiowá era Mbo'y Rendyju. Os não indígenas lhe deram o nome de Maria Manoela e ela teria nascido pelo ano 1864, no lugar onde mais tarde se formou a Vila São Pedro, mudando-se depois mais ao sul, mais ou menos onde surgiu a cidade de Indápolis. Merina repete uma e outra vez que os termos “papai” e “mamãe” foram introduzidos no vocabulário kaiowá com a chegada dos colonos; antes disso, “papai” era hiu e “mamãe”, ha'i.

Chiquito se casou com Mbo'y Tukambi, também moradora de Tujuygusu, quando ela tinha 15 anos de idade. Dos não indígenas, sua esposa recebeu o nome de Ramonita. Ela era filha de Mbo'y Rete e Karai Papa, vulgo Pichó; um de seus irmãos, Paulito Aquino,¹ se tornou braço direito de Chiquito na manutenção dos rituais tradicionais no Panambizinho.

De Tujuygusu, Chiquito e sua família se deslocaram para outros lugares. A lista muda conforme o interlocutor ou a interlocutora. Seguem aqui alguns dos lugares mencionados: Marakanã, Guaviraty ou Guaviray, Ka'aruruty, Yvyra Jepirot, Kiritaty, Tapesu'áty e Aimeri'y. Em alguns relatos esses deslocamentos são interpretados, de forma anacrônica, como tendo sido causados pela pressão exercida pelos “colonos” não indígenas que chegaram à região, em maior número, a partir da década de 1940; para outras pessoas, eles são exemplos da mobilidade tradicional kaiowá; para estes, os serviços xamânicos de Chiquito eram requisitados nessas comunidades por onde ele passou com sua família, chegando a ficar de um a três anos em cada uma delas.

Nesse contexto, não podemos esquecer que em setembro de 1917 foi criado o Posto Indígena Francisco Horta, atualmente conhecido como Reserva Indígena de Dourados – RID, com a missão oficial de reagrupar, em um só local, os indígenas espalhados pela exploração da erva-mate, concedida à Companhia Matte Laranjeira após o final da guerra da Tríplice Aliança em 1870 (VIETTA, 2007). José Augusto dos Santos Moraes aponta, porém, que a criação da RID promoveu o mais intenso deslocamento forçado dos indígenas das áreas

¹ Xamã que herda os bens espirituais do Pa'i Chiquito. Falecido em 2002.

que já habitavam, tanto nas margens do rio Brillhante e seus afluentes como também em áreas mais próximas ao rio Vacaria (MORAES, 2016). Os fazendeiros da região pediam a retirada dos indígenas de suas áreas de domínio, mas não queriam deixar de utilizar sua mão de obra. Vários documentos da época do SPI, com destaque para os Boletins de Serviço, mostram “que constantemente os chefes de postos indígenas do SPILT/N/SPI eram acionados pelos fazendeiros regionais para a liberação de indígenas para o trabalho sazonal, principalmente na lida com o gado” (MORAES, 2016, p. 22). Desta forma, é possível depreender que as frequentes mudanças de Chiquito e seu grupo podem muito bem ter sido motivadas tanto pela demanda de seu conhecimento xamânico como pela pressão exercida sobre os Kaiowá desde a criação da RID, tendo em vista que é frequente que esses indígenas respondam às pressões com a mobilidade física.

Nessa mesma linha de raciocínio, as andanças de Chiquito e sua gente também podem ter sido motivadas pela pressão de algum dos 80 ervateiros atuantes na região de Dourados na época, com pontos de extração de erva-mate ao longo do rio Brillhante e com vários portos – Bocajá, Novo e Vilma – às margens deste rio e do córrego Laranja Doce (VIETTA, 2007, p. 81).

Em todo caso, sabemos que Panambizinho foi fundada na década de 1920. Com este nome, o local só aparece na segunda metade do século XX. Nos documentos mais antigos, consta somente o nome Panambi, que se refere tanto à atual comunidade situada no município de Douradina como à comunidade de Panambizinho, pertencente ao município de Dourados. Assim, um dos “pioneiros” da cidade de Dourados, o Senhor Albino Torraca, afirmou em 18 de junho de 1949 que ele habitava na região desde o ano de 1900 e que então já existia a aldeia de Panambi e que toda essa região era habitada “por puros índios” (VIETTA, 1998, p. 65).

No entanto, muito antes de Torraca (1949), que atesta retrospectivamente a presença kaiowá no Panambi, Rondon, durante sua primeira passagem pela região, em 1905, menciona os Kaiowá na “barra do Dourados”, onde trabalhavam pacificamente na extração da erva-mate: “nas barras desse rio [Brilhante] acham-se localizados os índios Caiuá, da nação Guarani, índios pacíficos e empregados nessa zona na extração e fabrico de erva mate” (RONDON, 1949, p. 101). O inspetor do SPI, Nicolau Bueno Horta Barbosa, em 1915, também menciona os Kaiowá no Panambi. Em 1922, Rondon volta a citar os

Kaiowá. Em 1927, ele escreveu: “proveitei a oportunidade para visitar o posto indígena dos índios caiuás e a estação telegráfica deste nome” (VIVEIROS, 1958, p. 532).

Segundo os descendentes de Pa'i Chiquito, Rondon teria montado acampamento entre os Kaiowá e estes o teriam ajudado no reconhecimento e no mapeamento da área, na construção da rodovia entre o rio Dourados e o rio Brillhante, bem como na construção da infraestrutura para a extensão da linha telegráfica neste trecho. Seus avós teriam derrubado árvores, arrancado tocos e limpado caminhos e trilhas para a comissão de Rondon. São recorrentes nos relatos termos como “telégrafo”, “terra”, “Kaiowa”, “estrada” e “Rondon” (VIETTA, 1998, p. 25).

Em troca, Rondon teria prometido a Pa'i Chiquito a posse do Ka'aguyrusu. Segundo Vietta (2007, p. 92), esta área seria de aproximadamente 50 mil hectares. Rondon deixou assim uma expectativa muito grande entre os Kaiowá, sendo evocado como herói no Panambizinho, no Panambi, em Sukuriy, em Laranjeira Nhanderu e nos diversos acampamentos de retomado que integram o Ka'aguyrusu desde há alguns anos. Isto, apesar de sua promessa nunca ter sido concretizada.



Parentela masculina de Chiquito (Foto do arquivo privado Arnaldo Jorge Concianza, citado em VIETTA, 2007, p. 332)

A FAMÍLIA DE PA'I CHIQUITO

O casal Chiquito e Ramonita teve nove filhos: 1. Martin Kapile, 2. Neiko, 3. Cidinho, 4. Arasi, 5. Dorícia, 6. Isaura, 7. Luzia, 8. Adelina Merina e 9. Elza. Com exceção das duas últimas, todos os homens e as outras duas mulheres já faleceram. Na década de 1980 também registrei como filhos de Chiquito e Ramonita, João e Genório, que teriam cometido suicídio na década de 1940. Meus interlocutores atuais, no entanto, afirmam que estes dois eram sobrinhos do casal; não seus filhos. Este tipo de confusão é possível acontecer, pois sobrinhos de primeiro grau são considerados filhos. Pesquisando melhor, no entanto, descobri que ambos eram filhos de Dorícia e Lauro, que nasceram na década de 1940 e se suicidaram em 1975 e 1964, respectivamente.

Os filhos e as filhas de Chiquito e Ramonita, com seus descendentes são:

Arasi Pedro: Casou-se com Manoerito com quem teve um filho e uma filha. Depois da morte de seu esposo, em 1975, foi morar na aldeia Lagoa Rica no Panambi, de onde saiu para acampar em Laranjeira Nãnderu, onde faleceu. Seu filho Valmiro se suicidou, Alcides Pedro, seu primogênito, é o líder do acampamento.

Adelina Merina Ramona: casou-se com Hamilton Aquino e teve com ele sete filhos e três filhas: Terezinha, Osvaldo, Vanilton, Elisa, Demário, Pedro, Reinaldo, Jacira, Jonas e Zezinho. Destes, já faleceram Elisa, Vanilton e Pedro.

Dorícia Elisia Pedro: casou-se com Lauro Concianza e teve com ele quatro filhas e seis filhos: João, Genório, Gomercino, Cideval, Mário, Nelson, Arda, Anamélia, Dita e Neusa. Gomercino nasceu em 1945 e tem sete filhos e filhas; João nasceu em 1942 e se enforcou em 1975, deixando um filho; Genório nasceu em 1944 e se enforcou em 1964; Cideval, nasceu em 1949, tem 11 filhos; Mário nasceu em 1951 e não se casou, já é falecido; Nelson, o mais velho ou principal, casou-se com Rosalina Aquino e ambos tiveram quatro filhos e quatro filhas: Abrão, Salomão, Fineida, Jonas, Fabiana, Luiz, Fábio e Luciana; sendo que Fabiana, Luiz e Salomão já são falecidos, este último por enforcamento. Dita casou-se com Argimiro Jorge Galeano e tiveram 10 filhos e filhas; já é falecida. Arda herdou os cantos e as rezas de Dorícia e Chiquito, se casou com Adão Jorge Galeano e teve com ele cinco filhos e cinco filhas: Misael, Anardo, Roseli,

Odótio, Nair, Celina, Zenaide, Minguel, Dilma e Neri. Arda faleceu em 2017. Dentre seus descendentes, Roseli Concianza Jorge herdou as rezas de Arda, Dorícia e Chiquito; casou-se com Valdomiro Aquino e deu sete tataranetos e tataranetas a Pa'i Chiquito e Ramonita: Silvinho, Rose, Valdinéia, Vanessa, Josiane, Geovani e Sandro. Anamélia teve quatro filhos e filhas. Neusa se casou com Ricardo Jorge e com ele teve 13 filhos. Fora Neusa, que mora no acampamento Guyra Kambiy, os filhos e as filhas de Dorícia moram no Panambizinho.

Elza Pedro: casou-se com Valdivino e teve com ele duas filhas: Nilda Pedro e Marta Pedro. Todas são moradoras do Panambizinho.

Martin Capilé: o mais velho dos filhos. Casou-se com Adelina Solidade, conhecida na velhice como Jari Capilé. Tiveram uma filha: Gina Capilé, que teve quatro filhos e quatro filhas: Lizete, Marinete, Regina e Sonia; Lázaro, Simão, Lizeu e João, todos moradores do Panambizinho.

Neiko: casou-se com Valentina Duarte e tiveram um filho e duas filhas: Severino mora no Panambizinho, Irene e Zilda moram no Jaguapiru.

Cidinho: casou-se com Fia e tiveram três filhas e dois filhos. Sirley mora no Panambizinho, Vanda mora em Campo Grande, Demário mora no Itay Ka'aguyrusu, Luiz mora no Jaguapiru e Nídia já é falecida.

Isaura: casou-se com Rubito, irmão de Lauro, e com ele teve dois filhos.

Luzia casou-se com Antônio e tiveram dois filhos e uma filha.

Os descendentes de Pa'i Chiquito e Ramonita moram nas aldeias e nos acampamentos do antigo Ka'aguyrusu. São uma exceção os que moram na reserva de Dourados ou em Campo Grande. As filhas de Chiquito e Ramonita mantiveram a rica tradição oral de seu pai e sua mãe. Os descendentes de Dorícia, incluindo as netas Roseli e Adelaide e o neto Misael, seguem nesse mesmo caminho, sendo que as que de fato conhecem os cantos rituais são Neusa, Arda [in memoriam] e Roseli. Os netos Misael, Anardo, Fábio, Luciana e Kiki, egressos ou estudantes do Curso Normal Médio Intercultural Indígena Ára Vera da SED/MS e/ou do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu da Faculdade Intercultural Indígena da UFGD-Dourados-MS, têm transcrito e registrado em vídeos parte da tradição oral que ouviram de suas avós ou presenciaram em rituais, mas estes não se consideram guardiões dessa palavra, ou seja, não estão

vinculados ritualmente com ela. Contudo, é essa palavra que lhes rende prestígio no novo ambiente social em que interagem, como a escola, a universidade, os grêmios políticos e as ONGs.

Estes parentes mantêm um forte elo entre si e têm consciência de sua ancestralidade comum. Em 2013 organizei com outras colegas um encontro de música indígena no acampamento Guyra Kambiy. Preocupada, uma das líderes, bisneta de Chiquito, me abordou, dias antes do evento, dizendo que não poderia haver primeiro e segundo lugar, pois o repertório de todos os grupos remonta a Chiquito Pa'i; ele é que deveria ser premiado.

PA'I CHIQUITO FUNDA A COMUNIDADE DE YV'YA KANDIRE OU PANAMBIZINHO

Panambizinho significa "Borboletinha"; é uma expressão híbrida que mistura Panambi "borboleta" com o diminutivo "-zinho" do português. Nos relatos de origem, este nome foi dado pelos não indígenas à comunidade. Originalmente, Chiquito teria chamado o lugar de Yv'ya Kandire, "Terra esplêndida" ou "Terra Perfeita". Schaden a chama de Panambi (SCHADEN, 1974). Em outros documentos, como no relatório do chefe do Posto Indígena Francisco Horta Barbosa de Dourados, de janeiro de 1970, a área que dera "início" a Panambizinho foi denominada "Aldeia Paí Chiquito" (DINIZ, 1970).

Chiquito era ainda muito jovem quando passou pela experiência espiritual que o capacitou para lidar de maneira sábia com as dificuldades que lhe adviriam. Segundo seus familiares, a região onde ele se criou era pura mata e nela viviam muitos indígenas. Já casado, com 20 anos, Chiquito teria tido uma visão, a de procurar um outro lugar e levantar um novo tekoha ou aldeia. Mais de uma dezena de casais com seus familiares o acompanharam. Saiu das proximidades de Vila Sapé e se dirigiu para a região da atual Panambizinho, disposto a encontrar um novo local de residência. Entre os casais que o acompanharam estavam certamente Augusto Reinaldo e Mônica Atino, Matério Silva e Pifânia. Joãozinho Kavaju e Clarice Barbosa Conciança (Cirila).

De acordo com nossos interlocutores e interlocutoras, Chiquito intuiu que tinha achado a terra que procurava quando chegou numa baixada. Seus acompanhantes não concordaram, pois não havia água no

local. Chiquito submeteu sua intuição à prova da reza, ao cabo da qual uma mina bem produtiva brotou no lugar. Ninguém mais duvidou e a mina se tornou mais uma prova da clarividência de Chiquito.

Na interpretação de Valdelice Verón e Natanael Vilharva, casal de docentes indígenas que morava no Panambizinho em 2008, este local certamente era conhecido por Chiquito, pois os Kaiowá costumavam se mudar para um lugar que já conheciam e onde já haviam morado ou explorado, remota ou recentemente, de forma mais temporária ou mais duradoura.

Então, para esses colegas, quando Pa'i Chiquito fundou Panambizinho, ele estava fixando uma nova residência dentro do Ka'aguyrusu, que era seu território. Ele conhecia seu território e o local escolhido que acabou se tornando o Panambizinho era seu lugar de caça, de moradia temporária. Até hoje, os Kaiowá têm o costume de ir caçar e pescar longe de casa. Fazem um tejupa, "telhadinho de sapé", ou uma casa maior, e passam dias longe da moradia familiar, caçando.

De modo que quando se diz que Pa'i Chiquito saiu de Tujyugusu – um local mais preciso dentro do Guaviray – para o Panambizinho, ali fundou uma nova aldeia e que os colonos vieram de Minas Gerais, São Paulo ou do Nordeste para esse mesmo lugar, para quem não têm noção da mobilidade tradicional kaiowá, ambos os movimentos parecem ser a mesma coisa. Mas a grande diferença é que Pa'i Chiquito e sua turma estavam se movendo dentro uma terra tradicional indígena. Valdelice Verón pondera:

O tekoha é um lugar maior do que o espaço ocupado pelas casas ou residências das pessoas da comunidade. Ele é um território que compreende o lugar das moradias, o lugar de caça, pesca e coleta, o lugar da roça, o lugar onde se lava roupa e se toma banho, o lugar que está descansando e os caminhos que garantem a sociabilidade, o vínculo entre as famílias que residem nos vários lugares ocupados pelas casas (VERON; VILHARVA, 2008-2011).

Assim, não se pode falar que o Panambizinho era o local das residências apenas, de forma isolada. Quando se fala em Panambizinho, tem que se falar do tekoha Ka'aguyrusu. Pa'i Chiquito era um Ka'aguyrusuygua, "originário e morador do Ka'aguyrusu", e ao estabelecer-se no local que se tornou Panambizinho, ele estava se movendo dentro de um tekoha muito antigo, ocupado pelos seus ancestrais, ijypykuéry.

Os limites do tekoha Ka'aguyrusu estão presentes na memória da população kaiowá e são aqueles já mencionados acima. Nessa área havia vários locais de residência, que fazem referência a pessoas destacadas do lugar. De modo que o lugar chamado pelos kaiowá de Jari Tarikue é aquele onde residiu uma das avós de Chiquito. Outros lugares têm como referência os rios, a flora ou a fauna da região. Estigarribia, funcionário do SPI, em 1923, fez uma lista das localidades onde residiam os grupos mais populosos, para os quais urgia demarcar terras. Destaco aqui aquelas situadas no Ka'aguyrusu: aldeia na cabeceira do rio Laranja Doce, a 3 km de Dourados; aldeia na cabeceira do rio Sardinha, a 9 km de Dourados, com muitos indígenas dispersos ao longo desse ribeirão; aldeias na cabeceira do rio Panambi, a 10 km; aldeia do Córrego do Engano, na fazenda Revolta, à margem do rio Dourados; aldeias do Iguazu (ou Guaçu), Capão Ralo e outras ao longo do rio Dourados; aldeia de Aquino, no lugar chamado Bocajá, entre outros (ESTIGARRIBIA, 1923).

Todas estas localidades são reivindicadas até hoje pelos Kaiowá autorreferidos como Ka'aguyrusugua, ou originários da mata fechada, destacando-se entre eles os que têm na figura de Pa'i Chiquito o seu elo mais forte com o passado. Nas proximidades desses locais estão os acampamentos kaiowá de Itay Ka'aguyrusu, Guyra Kambiy, Tajassu Ygua e Laranjeira Ñanderu. Por ordem, a liderança dessas frentes de retomada é integrada por familiares de Chiquito: uma neta, Teresinha; uma filha, Adelina, uma neta, Neusa, e uma bisneta, Adelaide; um bisneto, Anardo, e um descendente cujo nome não consegui precisar; um neto, Alcides Pedro.

PA'I CHIQUITO À FRENTE DE INDÍGENAS "INDISCIPLINADOS E REBELDES"

O espírito nacionalista do Estado Novo motivou a chamada "Marcha para o Oeste". Nessa política, enquadram-se as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), criadas por meio do Decreto-Lei nº 3059, de fevereiro de 1941, sendo uma delas a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), implantada pelo Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, sem nenhuma menção aos moradores indígenas dos 300 mil hectares destinados à CAND (SILVA, 1982, p. 18-19).

A atuação de Pa'i Chiquito como símbolo de resistência se consolidou precisamente no enfrentamento corpo a corpo com os agentes da CAND. Como indígenas fora das reservas, ele e sua gente eram tratados muitas vezes com violência pelos "distinguidos senhores" da nascente sociedade douradense, embora inicialmente os primeiros contatos entre indígenas e colonos pareçam ter sido pacíficos. As interlocutoras de Katya Vietta (1998, p. 40) contam que os recém-chegados colonos teriam pedido licença a Pa'i Chiquito para pegar água, cana, banana, batata e mamão, o que Chiquito lhes teria fornecido. Até então os colonos só ocupavam os lugares não habitados por indígenas. No entanto, logo eles avançaram sobre as áreas efetivamente habitadas pelos Kaiowá e a administração da CAND começou a solicitar a retirada das famílias indígenas dos lotes. O SPI acatou essa solicitação e respondeu com a transferência das famílias para o Posto Indígena Francisco Horta, a Reserva de Dourados.

Diante disso, parte da comunidade se dispersou pela região, rumando para o Paraguai e para o Paraná. Algumas famílias também acabaram indo para a Reserva de Dourados. Outras permaneceram no local (SILVA, 1982, p. 20). Lauro Concianza, genro de Pa'i Chiquito, mencionou numa entrevista prestada a Katya Vietta (1998) que um senhor de sobrenome Aguirre fez muita pressão para que a população do Panambizinho fosse levada para a Reserva de Dourados. Menciona, inclusive, que seu líder, Pa'i Chiquito, deveria abandonar o lugar. Ele lembrava que muitas famílias do Panambi foram, de fato, transferidas para o então Posto Indígena Francisco Horta de Dourados, mas que outras permaneceram com Pa'i Chiquito na área ou para ela voltaram pouco tempo depois, frustrando, assim, o plano oficial das autoridades. O mesmo pode se conferir em documento dirigido por Darcy Ribeiro ao diretor do SPI, em 1949 (RIBEIRO, 1949). O próprio diretor da CAND reconhece o impasse no Ofício nº 4724/51:

Embora possuindo o Posto Indígena Francisco Horta uma área ampla e esplêndida, destinada ao aldeamento dos índios Caiuás de Dourados, esses dificilmente se sujeitam ao aldeamento e em meados de 1950 tive notícias que estavam muitos deles retornando às matas do Panambi, abandonando a vida disciplinada do Posto (Ofício nº 4724/51 de 06/08/1951 citado em VIETTA, 2007, p. 500).

Em 9 de julho de 1952, Iridiano Amarinho de Oliveira, chefe da 5ª Inspetoria Regional do SPI (I.R.5), após sua visita ao Panambi, escreveu ao diretor do SPI ter encontrado no local indígenas "na mais lastimável [situação] de

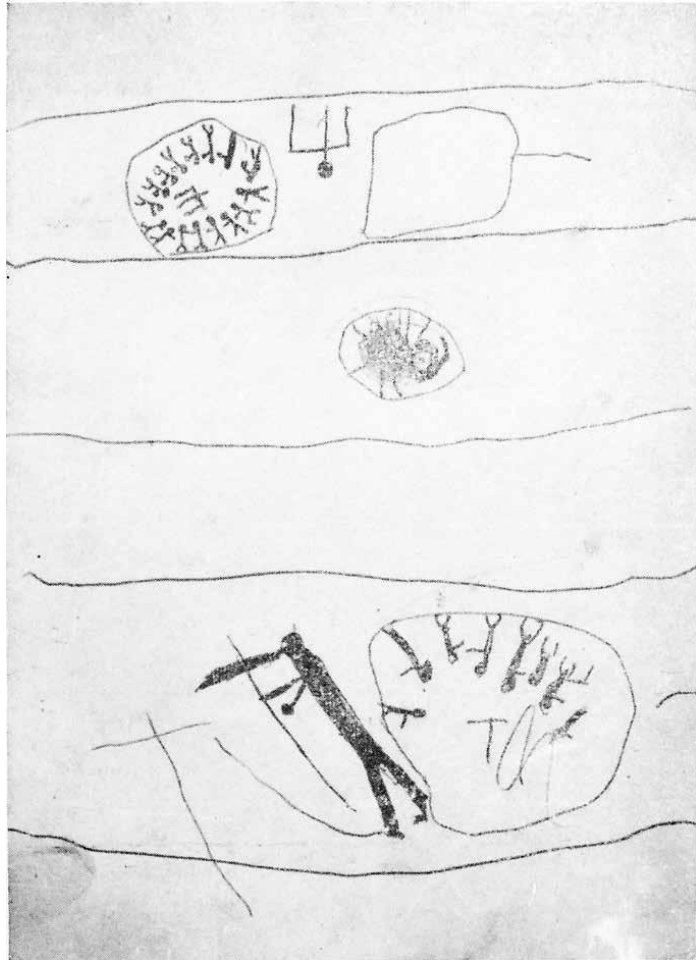
seres humanos". Na sua avaliação, seus sofrimentos são "agravados com o clima de insegurança que paira sobre eles, com a ameaça constante por parte [de] terceiros, de abandonarem o que lhes resta da sua aldeia". O chefe da I.R.5 menciona que os homens civilizados à frente dos negócios públicos pretendiam banir os índios do Panambi "para as margens do rio Brillhante", zona alagadiça, onde só havia abundância de mosquitos, febre e aridez, ou levá-los ao Posto Francisco Horta (OLIVEIRA, 1952 citado em MONTEIRO, 2003, p. 126-129).

O chefe da I.R.5 julga insensata ambas as possibilidades e lembra, a seu interlocutor o Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, que fundara o SPI. Do capítulo III deste decreto, ele destaca o art. 10: "Se os índios – que estiverem atualmente aldeados quiserem fixar-se nas terras que ocupam, o governo providenciará de modo a lhes ser mantida a efetividade da posse adquirida". Com base neste artigo, Oliveira pede ao presidente do SPI que "seja reencaminhado ao Sr. Diretor de Terras e Colonização" a fim de determinar "a demarcação das terras que sempre pertenceram aos índios Caiuás de Dourados, e onde está feito o loteamento da Colônia Federal, embora ali residindo, ainda, os seus verdadeiros donos" (OLIVEIRA, 1952 citado em MONTEIRO, 2003, p. 126-129).

Para Oliveira, "uma gleba de 1.500ha de terra, respeitando a localização onde se encontram os índios de Panambi, é medida-justa e reparadora". A sensatez desse chefe se observa também na sua recomendação: "No caso de tal medição alcançar glebas já entregues a Colonos, e por eles cultivadas no todo ou em parte, a C.A.N.D. a estes faça concessões maiores como recompensa, evitando-se, deste modo, a fermentação do ódio contra o índio e aquela Repartição" (OLIVEIRA, 1952 citado em MONTEIRO, 2003, p. 126-129).

Em carta dirigida ao SPI, no dia 11 de dezembro de 1952, o mesmo Sr. Iridiano Amarinho de Oliveira volta a escrever estarecido sobre a arbitrariedade praticada pela CAND que, "violando todas as regras de ética administrativa, invadiu a propriedade territorial indígena naquela região (SPI 2995/51) sem o menor respeito ao direito de terceiros, deixando os índios 'CAIUÁS' de Panambi entregues à sua sorte" (OLIVEIRA, 11/12/1952).

Nas entrelinhas desses documentos pode-se perceber a ideia do governo: recluir as comunidades desterradas nas reservas oficiais. Os grupos que resistiram a esse processo, retornando às matas, conseguiram que a CAND não lhes tomasse toda a terra. Tal foi o caso da comunidade indígena do Panambi e do Panambizinho



Lotes do Panambi (SCHADEN, 1963)

com os administradores da CAND e com os agricultores assentados na região. A terra dessas comunidades ficou reduzida a dois núcleos populacionais: um de 60 hectares, no Panambzinho, e outro de 240 hectares, no Panambi ou Lagoa Rica.

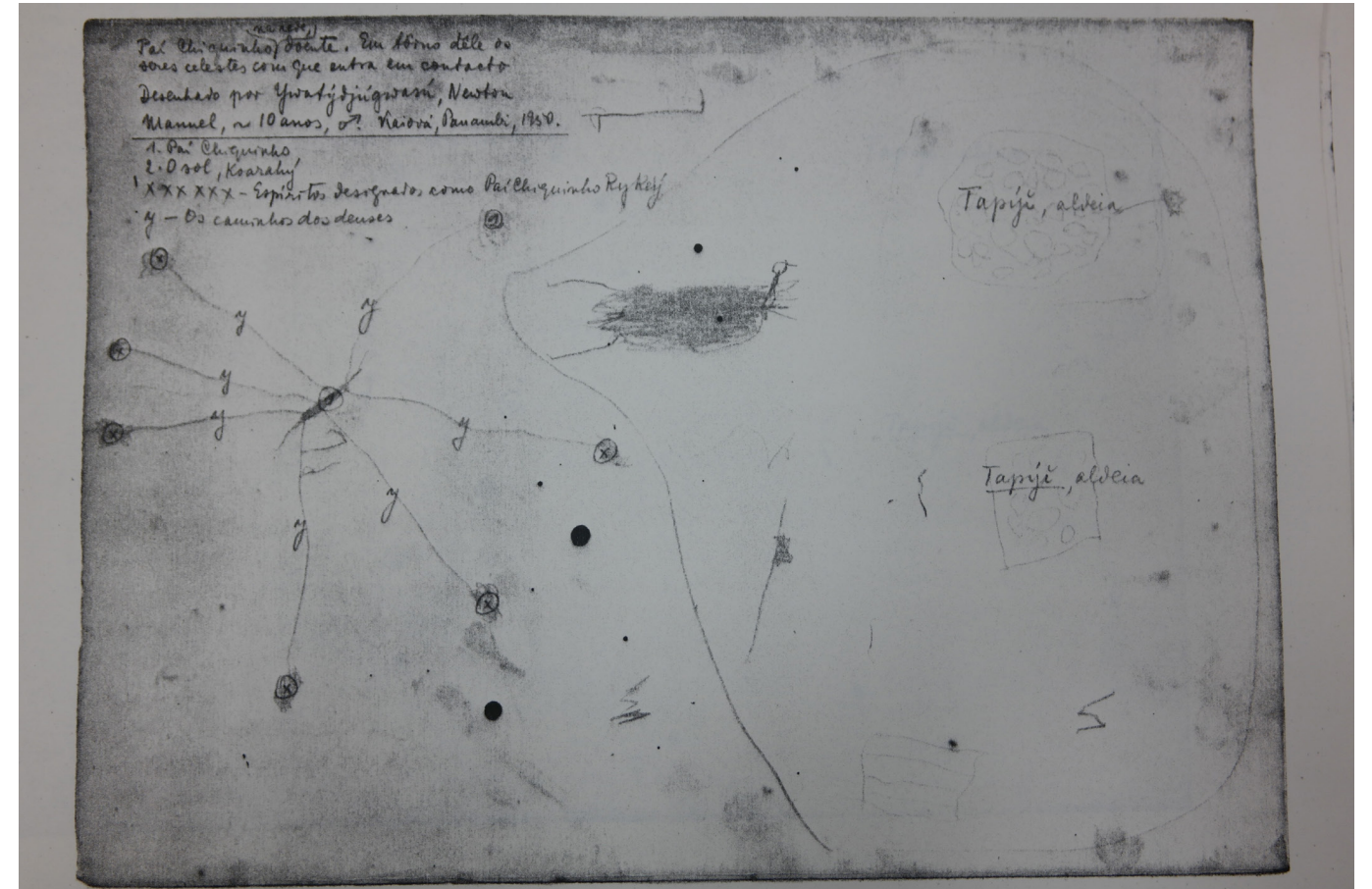
O antropólogo Egon Schaden, que pesquisou na região entre os anos de 1949 e 1951, quando a comunidade de Panambi, hoje Panambzinho, vivia a dramática situação de presenciar o loteamento de suas terras pelo governo, registrou o seguinte:

Na expectativa de perderem, assim, a sua área de caça e plantio, estavam alvoroçados. Receberam-me de maneira hostil, de machete em punho, dispostos a liquidar-me e ao funcionário que me acompanhava, caso a nossa visita se prendesse à execução daquele plano dos poderes públicos, que para eles representava o “fim do mundo” (SCHADEN, 1963, p. 80).

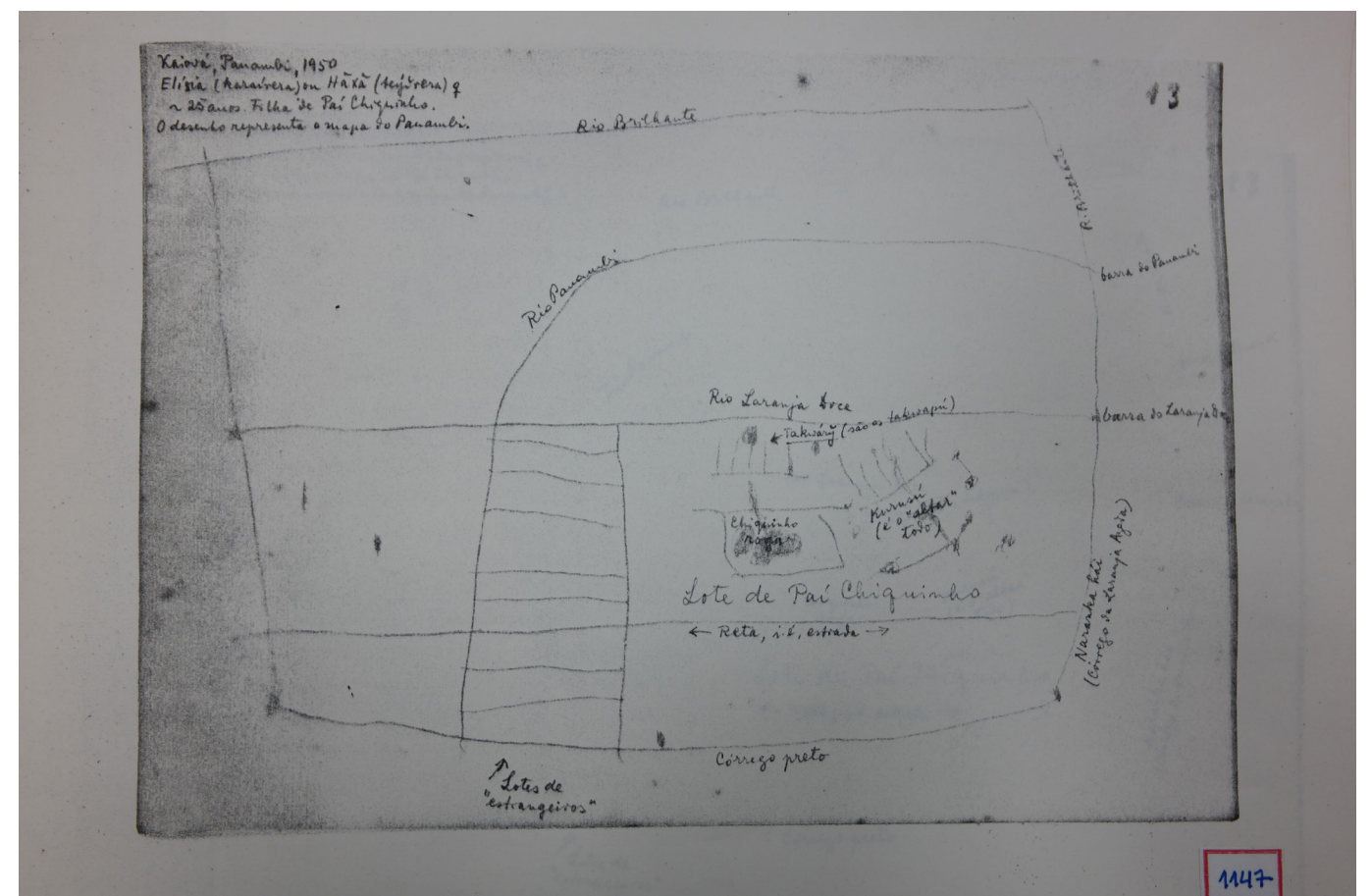
Schaden pediu que os moradores dessa comunidade fizessem desenhos. Para o pesquisador, os desenhos expressavam uma obsessão apocalíptica, que em pouco tempo tomara conta da comunidade devido às condições

periclitantes de vida a que era forçada e devido aos conflitos com os funcionários do governo e com os colonos, ou seja, a situação de crise ativou o sonho mítico da comunidade.

A iminência de se verem afinal expulsos de seu último rincão de terras tornava os índios obsessos [...] representavam o loteamento de sua tradicional área de caça e de lavoura [...]. Lotes distribuídos a colonos nordestinos ou estrangeiros ficavam em branco ou, quando muito, ostentavam algum bichinho, como “carrapato d’água”. Já nos das famílias kayová apareciam movimentadas cenas de cunho religioso: índios dançando em torno do yvyrá, “altar” e, sobressaindo como figura máxima – tal como no quadro social da comunidade – o paí, ou médico-feiticeiro, em uma das mãos o maracá e na outra a cruz de madeira [...]. Quando se lotearam as terras da aldeia, Paí Chiquinho organizara uma cerimônia com danças mágico-religiosas, no intuito de precipitar a destruição do mundo. Os Kayová então se prepararam para a sua jornada com destino ao Além (SCHADEN, 1963, p. 81-2).



Pai Chiquinho na rede doente (SCHADEN, 1950).
Cópia de desenho do Fundo Egon Schaden, Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH-USP).



Mapa do Panambi (SCHADEN, 1950).
Cópia de desenho do Fundo Egon Schaden, Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” – CAPH-USP).

A luta da comunidade kaiowá para permanecer em suas terras estendeu-se pelas décadas seguintes, como pode ser visto na carta do inspetor do Posto Indígena “Francisco Horta” ao coronel Moacir Ribeiro Coelho, em 23 de março de 1962. Havia brancos que se diziam proprietários dos lotes habitados por famílias kaiowá. Eles insistiam que se “limpassem” as glebas ocupadas pelos indígenas. O inspetor então expressa:

Nós mandamos entenderem-se com o chefe da 5ª Inspeção – Campo Grande, mas parece que a Regional tem tendência a deslocar os índios e com isso nós ficamos além de tudo sobrecarregados com o serviço de ainda estarmos convencendo os índios que não estão de acordo a vir para este Posto, deixando suas moradias, arvoredos etc.: destes casos, ainda são indisciplinados e rebeldes os que residem na referida área de Panambi (SILVA, 1982, p. 23).

Também de 1962 data um relatório localizado no Microfilme 16, Planilha 248, do SPI, conservado no Museu do Índio, Rio de Janeiro. Em resposta ao telegrama n. 990, de 11 de junho, que lhe fora enviado, o inspetor contactou o diretor da CAND a fim de assegurar à comunidade kaiowá da Aldeia Panambi a posse de sua terra. Ele lembra ao administrador da CAND que a posse de suas terras está garantida por lei aos indígenas e que a comunidade de Panambi ocupa há mais de quarenta anos o lugar que reivindica, conforme declarações tomadas, em 18 de junho de 1949, a cinco pessoas idôneas residentes em Dourados, entre eles a de Albino Torraca, já mencionado acima.

Para pôr fim à instabilidade e aos permanentes sobressaltos em que vivia a comunidade pelo temor da espoliação, o relator insta a CAND, detentora de uma gleba de 300 mil hectares, a ceder não apenas 500 hectares, mas 2 mil hectares à comunidade do Panambi. As recomendações, porém, não surtem efeito e os conflitos continuam. Em 30 de julho de 1964, o chefe da I.R.5 do SPI, Alan Cardec Martins Barbosa, comunica ao major Salustino de Farias Vinagre, inspetor do SPI, a invasão da terra dos indígenas do Panambi.

A chefia da I.R. acaba por tomar conhecimento por intermédio da Sra. Loide Andrade Bonfim, diretora do Hospital “Missão Caiuás”, hospital localizado no município de Dourados, de estarem “os nossos índios (Caiuás) ameaçados de expulsão de suas aldeias no local denominado Panambí por indivíduos que se dizem legítimos donos das citadas terras. Esclareço-vos que esta inspeção é possuidora de documentação, concernente à aldeia de

PANAMBÍ, inclusive Processos S.P.I. -3433/49 e 2995/51, provando que o direito dos índios é indiscutível e assegurado pela Constituição” (Museu do Índio, Microfilme M-017, filme 019, Of-188/64, disponível no NEPPI/UCDB, Campo Grande, MS).

Em que pesem as várias tentativas feitas para solucionar o impasse criado entre colonos e a comunidade indígena sobre as terras do Panambizinho, os conflitos continuaram. Assim, em 1970, Mário Bargodache e Tereza de Araújo Bargodache entraram com uma ação [0368/87] contra Pedro Chiquito e sua esposa Ramonita Chiquito, requerendo os lotes 8 e 10 da quadra 21, os 60 ha que restaram à comunidade. O casal Bargodache alegava ter adquirido esses lotes de Gentil José Lopes e Agenor Ferreira dos Santos.

Apesar dos esforços de Hélio Jorge Bucker, chefe do I.R.5 em prol da demarcação da terra indígena, o único resultado concreto a que se chegou foi a declaração, expedida em 1973, assegurando a posse da comunidade kaiowá sobre os lotes em litígio. Esta declaração garantia às comunidades de Panambizinho e Panambi sua permanência no local:

Declaro para os devidos fins que, de acordo com o Ofício nº 2/68 de 30 de janeiro do mesmo ano [...], confirmo a todos os interessados que a Gleba de Panambi e Douradina, constituiu-se por Lei – Posse dos índios, em virtude que os índios que nela habitam são da tribo kaiua bem primitivos e vivem nessa área desde que nasceram. Os mesmos nunca abandonaram a sua área e que a referida Gleba pertence a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como posse legítima (Declaração de 1973 citada em VIETTA, 2007, p. 127).

Esses indígenas que, embora cada vez mais confinados resistiam em permanecer nas terras, são qualificados nos documentos como “ainda indisciplinados e rebeldes”. Conseqüentemente, diante da valorização cada vez maior das terras da região, começaram a ser mais criticados pelo uso “irracional” do solo.

Em 2001, quando a comunidade de Panambizinho ocupa uma das propriedades que há mais de cinquenta anos lhe fora expropriada, o fez fincando a cruz, chiru, deixada por Pa’i Chiquito. Através dela, o xamã estava presente na comunidade, com a sua palavra gravada nesse símbolo. Associada à maraca e fincada na terra retomada, a cruz fala e encoraja os Kaiowá à luta (Roseli Concianza Jorge).

OS RITUAIS E OUTRAS PRÁTICAS CULTURAIS LIDERADOS POR PA’I CHIQUITO

Valdivino Agimiro Jorge, Jeguaka’i, é filho de Edita Concianza, filha de Lauro e Dorícia, portanto, Valdivino é neto de Pa’i Chiquito. Seu pai é Agimiro Jorge, filho de Rubito Galiano Jorge e Maria Raku. Agimiro mora no Panambizinho. Ele falou comigo sobre Chiquito Pa’i, em Juti, durante a Feira de Sementes Crioulas, em julho de 2016.

Valdivino lembra que Chiquito foi quem colocou nele o enfeite labial, “Chiquito chemohembekua va’ekue”, quando tinha 8 anos. Outros meninos de sua turma de iniciantes eram Durvalino Rubito e Francisco Augusto, ambos de Lagoa Rica; Ideval Concianza, José Garcia e Mário Concianza, de Panambizinho.

Chiquito foi ajudado pelo seu genro, hañyve, Lauro Concianza e por Paulito Aquino, seu cunhado, hovaja, líder espiritual então em ascensão. Quando Chiquito já estava muito velho, deixou seus bens espirituais ao Paulito Aquino. Poderia ter deixado para Lauro, mas como este tinha ficado cego, deixou para seu cunhado.

A memória de Pa’i Chiquito se associa sobretudo à festa do Kunumi Pepy, que pode ser traduzido por “convite dos meninos”. Kunumi significa “menino” e pepy quer dizer “convite” ou “comemoração”, isto em várias línguas da família tupi-guarani. É a festa de iniciação dos meninos. Os interlocutores lembram que este era o evento mais importante de uma comunidade kaiowá. Pa’i Chiquito era o seu mais eloquente cultivador.

A associação entre Chiquito e a festa do Kunumi Pepy é tão forte que alguns de seus descendentes justificam a saída de Chiquito das proximidades do rio Dourados para o Panambizinho por ser este lugar supostamente mais central para as comunidades kaiowá que procuravam o serviço do xamã para a iniciação dos meninos. As justificativas sobre o deslocamento de Chiquito e sobre a fundação de Panambizinho mudam conforme o foco da conversa. No entanto, Chiquito é sempre celebrado como o grande líder capaz de mobilizar as famílias de várias comunidades a se reunirem numa longa e complexa cerimônia.

Embora a cerimônia não se celebre em Mato Grosso do Sul desde 1993,² ela ainda continua gerando e alimen-

tando um forte discurso que coloca o Kunumi Pepy no centro do modo de ser dos homens kaiowá. Evocado nos momentos-chave da trajetória do grupo, ele ocupa um lugar especial na cosmologia do povo. É o que nos mostra o trabalho de Ana Maria Mello e Souza (2009), que registrou o testemunho de jovens kaiowá de Panambizinho sobre o ritual e sobre o uso e o desuso do tembetá (adorno labial). Nesses relatos, fortalece-se a memória de Pa’i Chiquito e de seus sucessores. A memória da realização do Kunumi Pepy é no Panambizinho uma espécie de legitimação do direito que a comunidade tem de ocupar a terra. Vivendo já por várias gerações só do discurso desse ritual, uma kaiowá já idosa entende que o Kunumi Pepy era a escola dos Kaiowá e que hoje, no lugar dele, está a escola.

Mbo’y Rendy Ru’i, Teresinha Aquino, moradora do acampamento Itay Ka’aguyrusu, foi batizada por Pa’i Chiquito, seu avô, no Panambizinho. Ela lembra que Chiquito, além de Kunumi rechaha, “celebrante da festa dos meninos”, era também um Jakaira rechaha, “celebrante da festa do milho”, e um mitã réry rechaha, “celebrante do ritual de nomeação das crianças”. Ela recorda que Chiquito contava histórias para as crianças, mas sempre histórias sérias; ele era sempre sério, não era brincalhão. Ele contava histórias para ensinar. Foi do seu avô que Teresinha ouviu que quem ama crianças não bate nelas, “imborayhúva’e noinupã mitãme”; que quem bate em crianças o faz porque está cheio de ira, de raiva, “ipochývante oinupã mitãme”; o corpo desta pessoa é o corpo de uma onça, “jaguarete”, nas suas mãos tem sangue, “ipóre oĩ tuguay”. Quem bate nas crianças as torna tristes e com medo. Faz com que suas almas se sintam expulsas e assim a criança morre de uma espécie de banzo, “oinupáva mitã omboporihu ichupe ha nombovy’ái ha omondo, omanôma katu”. Nestes casos, as pessoas que maltratam as crianças são comparadas à onça, “jaguareténgava nga’unga’u voi”. Chiquito contava este tipo de histórias às crianças.

Mas Chiquito não foi só uma pessoa ilustrada nos saberes filosóficos-religiosos kaiowá. Ele também era um conservador das práticas culturais no âmbito da economia e da cultura material. Schaden (1974, p. 73), por exemplo, observou que Chiquito organizava os “puxirões”, mutirões, por ocasião das festas de chicha, quando se firmava uma espécie de compromisso de cooperação entre o dono da festa e as pessoas que a ela compareciam. Sua casa era construída nos padrões mais tradicionais da época. Ele saiu fortalecido da longa luta com os não

2 Ela ainda se celebra do lado paraguaio da fronteira.

indígenas e manteve certa unidade entre os Kaiowá por cultivar a ideia de eles serem os “verdadeiros”. Até hoje se ouve entre e sobre os moradores de Panambizinho que eles são os mais ciosos e conservadores em manter seus padrões culturais. Para Schaden, a comunidade “conservava em larga escala os velhos padrões culturais da tribo” (SCHADEN, 1974, p. 9).

Pa’i Chiquito morreu no entardecer de um dia que ninguém pôde precisar na comunidade. Foi no início dos anos 1980. Ele estava na sua rede, cansado, quando recebeu a mensagem do Ñande Ryke’y, “Nosso Irmão Mais Velho”. Já era hora de partir definitivamente pelos caminhos de luz. Então reuniu seus familiares que começaram a cantar. Chiquito falou mais duas vezes, entregou seus apetrechos rituais a seu genro Lauro Concianza e recomendou a todos que continuassem vivendo como verdadeiros Kaiowá. Despediu-se ao som das maracas e dos cantos dos presentes.

A grande queixa das filhas de Chiquito é pela falta de interesse dos descendentes mais novos de aprender a tradição oral e manter os rituais de seus avós. Os jovens, por sua vez, muitas vezes têm suas visões ofuscadas pela luz do grande líder e pelas novas luzes que os atingem. E assim enfrentam o desafio de conjugar essa rica tradição da palavra com novas linguagens e visões.

referências bibliográficas

COUTINHO JR. Valter Alves. Relatório sobre a Identificação e delimitação da TI Panambizinho. 177 p. – Portaria 1.154/93. Funai/DAF, Brasília, março 1995.

DINIZ, Salatiel Marcondes. Relatório de Diligência à Aldeia “PAÍ CHIQUITO”, em 7/1/1970. 2f. Acervo SPI, Inspeção-Regional-5, IR5, 088, Francisco-Horta, Caixa 11, Planilha 095. Disponível em: <<http://www.docvirt.com>>. Acesso em 09/03/2017.

ESTIGARRIBA, Antonio Martins Viana. Relatório S.P.I – Inspeção de Mato Grosso, 31 de dez. 1923. Museu do Índio, Rio de Janeiro. Microfilme 379, fotograma. I.472-I.473.

MACIEL, Nely Aparecida. História da Comunidade Kaiowá da Terra Indígena Panambizinho (1920-2005). Dourados: Ed. UFGD, 2012.

MELLO E SOUZA, Ana Maria. Ritual, Identidade e Metamorfose: Representações do Kunumi Pepy entre os índios kaiowá da aldeia Panambizinho. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2009.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

MORAES, José Augusto dos Santos. O pentecostalismo autóctone na Reserva de Dourados: identidade étnica, implicações sociais e protagonismo. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, 2016.

OLIVEIRA, Iridiano Amarinho de. Ofício nº 157. Museu do Índio, Rio de Janeiro, Microfilme M-027, Planilha-337, 11/12/1952.

RIBEIRO, Darcy. Carta ao Diretor do SPI. Arquivo da FUNAI, Campo Grande – MS, 15 de outubro de 1949.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão Geral de Engenharia (G.5) do Departamento de Guerra. Estudos e Reconhecimento. Rio de Janeiro, 1949.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SCHADEN, Egon. Desenhos de índios Kayová-Guarani. Revista de Antropologia, São Paulo, 11, 1-2, p. 79-82, jun./dez. 1963.

SILVA, Joana A. Fernandes. Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp, Campinas, SP, 1982.

VERON, Valdelice; VILHARVA, Nataneal. Dados recolhidos pela pesquisadora em caderno de campo. Taquara, Juti, 2008-2011.

VIETTA, Katya. Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

VIETTA, Katya. Relatório final da Perícia realizada na Área Indígena de Panambizinho, Distrito de Panambi, Município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Autos n. 96158-8, 1ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, 1998.

VIVEIROS, Esther. Rondon conta a sua vida. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.